

# CONDICIONAMENTOS DO REGIONAL ANTE O GLOBAL NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO ALTO URUGUAI GAÚCHO

## RESTRICTIONS OF REGIONAL ANTE IN GLOBAL AGRIBUSINESSES FAMILY OF ALTO URUGUAI GAÚCHO

### RESUMO

Este estudo aborda o perfil das agroindústrias familiares do Norte do estado do Rio Grande do Sul em relação as condições do regional frente ao global. O objetivo é demonstrar como se encontram as agroindústrias nos processos de produção, de industrialização e de construção dos mercados para os seus produtos agroindustriais e o quanto estes são importantes nas relações e nas práticas sociais de interação com outros atores e no local. A pesquisa se baseou em dados bibliográficos para definições teóricas a respeito do tema desenvolvido dando suporte aos dados publicados no Plano de Desenvolvimento: Arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade no Médio Alto Uruguai. Como resultados, baseados nos comparativos dos dados do PD, as agroindústrias enfrentam problemas de gestão, isso está relacionado com a falta de capacitação dos gestores além de a maior parte das empresas não participam de programas governamentais, isso pode estar relacionado a falta de infraestrutura, a limitação de mercado imposta pela legislação municipal, à informalidade e os gargalos deixados pela globalização.

**Palavras-chave:** Agroindústria familiar, Médio Alto Uruguai, Desenvolvimento regional.

### ABSTRACT

This study addresses the profile of family farms River State Rio Grande do Sul in relation to the regional front to global conditions. The goal is to demonstrate how are the agribusinesses in the production processes of industrialization and construction of markets for its agroindustrial products and how these are important in relationships and social practices of interaction with other actors and on site. The research was based on bibliographic data to theoretical definitions on the subject developed supporting the data published in the Development Plan: Local Productive Arrangement, family agribusiness and diversity in Medium High Uruguay. As a result, based on the comparison of the PD data, agribusinesses face problems of management, this is related to the lack of training of managers as well as most of the companies do not participate in government programs, this may be related to lack of infrastructure, market limitation imposed by municipal law, informality and bottlenecks left by globalization.

**Keywords:** family Agroindústria, Medium High Uruguai, Regional Development.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo norteia o que muito se tem discutido sobre as recentes transformações na cadeia das Agroindústrias Familiares do Médio Alto Uruguai e suas consequências para o desenvolvimento Regional. A pergunta que norteia este artigo é a seguinte: A agroindústria familiar pode ter deixado de ser um fator gerador de desenvolvimento na região do Médio Alto Uruguai Gaúcho, no que tange a uma alternativa de produção e de renda para as famílias pertencentes ao arranjo frente aos novos gargalos advindos da globalização?

Já é de conhecimento de todos os atores envolvidos neste ramo de atividade agroindustrial que o processo produtivo das organizações familiares está se alterando de forma rápida e intermitente. Os fatores principais desta nova realidade rural estão ligados a

abertura de mercado, expondo a cadeia produtiva à “lei da oferta e procura”. Assim os subprodutos oriundos da agroindústria enfrentam grande concorrência mundial, restando talvez uma única alternativa para as indústrias locais, ou seja, a diminuição dos custos de produção buscando melhor ganho de escala. Dada a importância da atividade agroindustrial para a região do Médio Alto Uruguai, uma série de iniciativas de planejamento vem sendo tomadas com a preocupação de promover o crescimento do setor, tentando torna-la uma atividade econômica alternativa para desenvolver a economia local a partir dos nichos de mercado deixados pela globalização.

Analisar a cadeia agroindustrial familiar, na ótica da geração de crescimento/ desenvolvimento em uma determinada região (território) do país é um desafio que exige levar em conta as competências laborais e de planejamento familiares, aliados à inovação e à tecnologia utilizada neste sistema produtivo agroindustrial, sua viabilidade econômica, seus impactos no meio ambiente e seus efeitos na qualidade de vida dos habitantes da região em questão, sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável.

Segundo Nalle Júnior (2006), a ciência econômica concebeu a questão do desenvolvimento com uma visão simplista, na qual se trata de apenas melhorar os indicadores econômicos para se chegar a melhorar o padrão de desenvolvimento. Ao longo do tempo, o desenvolvimento assume também uma dimensão subnacional, como fica claro na afirmação de Lima e Simões (2009), de que o mesmo ocorre de forma desigual e, uma vez iniciado em determinados pontos, possui a característica de fortalecer as regiões mais dinâmicas, e que se configura em aspectos intra e inter-relacionados às regiões.

A maior dificuldade é avaliar as reais condições socioeconômicas que o setor agroindustrial se encontra. A avaliação realizada neste artigo estará balizada nos moldes atuais de produção e de comercialização dos agroindustrializados que primam pela boa qualidade e pela demanda produtiva capaz de atingir metas impostas pelas condições de mercado. É nesse contexto, e visando oferecer respostas aos questionamentos que compõem o problema inicial deste estudo: A agroindústria familiar pode ter deixado de ser um fator gerador de desenvolvimento na região do Médio Alto Uruguai Gaúcho, no que tange a uma alternativa de produção e de renda para as famílias pertencentes ao arranjo frente aos novos gargalos advindos da globalização? Para responder tal questão objetivou-se analisar as condições organizacionais, de gestão, socioeconômicas e o perfil agroindustrial da região do Médio Alto Uruguai frente as novas condições mercadológicas. A ideia é verificar se a atual estrutura da cadeia produtiva regional dá conta de gerar o desenvolvimento sustentável, o que

se pode esperar de tal atividade, considerando que a mesma é composta particularmente de micros e de pequenos produtores rurais, hoje conhecidos como agricultores familiares.

A importância desta pesquisa é perseguir elementos reais que darão suporte para o estudo de viabilidade socioeconômica dos sistemas atuais de agroindustrialização na região do Médio Alto Uruguai, apresentando a real condição estrutural das agroindústrias do norte gaúcho. Acredita-se ainda, que como a região estudada é formada por municípios pequenos e com a maioria de seus territórios distribuídos em minifúndios (com área de 0 a 20 ha por família), seria necessário uma pesquisa aprofundada sobre a cadeia agroindustrial e seus pormenores.

O trabalho está dividido em três seções, mais introdução e considerações finais. Na primeira se desenvolve, brevemente, uma discussão da região estudada em torno do desenvolvimento regional, territorial frente a globalização. Na segunda, trata-se de uma breve caracterização das agroindústrias regionais e na terceira, discute-se a realidade das agroindústrias familiares a luz da globalização, confrontando-as com os dados pesquisados e publicados no Plano de Desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai.

## **2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL/TERRITORIAL E A GLOBALIZAÇÃO**

Partindo do pressuposto estabelecido como problema de pesquisa, segue um breve referencial teórico buscando definições e tensões geradas entre os temas regionais, territoriais frente as forças hegemônicas advindas dos processos de globalização.

De todas as mudanças que vêm ocorrendo desde o final do século passado, talvez a globalização seja a que tem causado mais impacto, com reflexos tanto nas organizações como na vida de praticamente cada indivíduo, em qualquer lugar do mundo.

Conforme aponta Delfim Netto,

“A Globalização é a revolução do fim do século. Com ela a conjuntura social e política das ações passa a ser desimportante na definição dos investimentos. O indivíduo torna-se uma peça na engrenagem da corporação. Os países precisam se ajustar para permanecer competitivos em uma economia global e aí não podem ter mais impostos, mais encargos ou mais inflação que os outros.” (Neto, 1996, p. 76).

A esta definição, pode ser acrescentada a oferecida por Ballester-Alvarez:

“Globalização é um processo social que atua no sentido de uma mudança na estrutura política e econômica das sociedades, ocorrendo em ondas, com avanços e retrocessos separados por intervalos de tempo que podem durar séculos. A expressão globalização

também é conhecida como um processo de integração protegido pelo neoliberalismo. Podemos caracterizar a globalização pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do estado de bem-estar social.” (Ballester-Alvarez, 2001, p. 37).

O termo globalização ainda carrega um alto grau de complexidade conceitual. De modo geral, vem sendo utilizado para designar diferentes aspectos da vida social como a universalização de padrões de cultura e de informação, a expressão e o fortalecimento de instituições supranacionais, a ênfase na cooperação para o equacionamento de questões como meio ambiente, narcotráfico, desarmamento e crescimento populacional, além da crescente internacionalização dos processos econômicos. Consequentemente, podemos perceber que o termo globalização vem sendo usado para caracterizar a crescente transnacionalização das relações políticas, econômicas e sociais que se verificam no mundo, em especial nos últimos 30 anos.

De acordo com Lopes (2008), o conceito de desenvolvimento pode ser considerado um dos conceitos mais produtivos e polêmicos nas Ciências Sociais e por muito tempo a Economia ocupou um papel de relevo em sua definição. Somente a partir da década de 1930, outras disciplinas passaram a contribuir permitindo a renovação do conceito e das estratégias desenvolvimentistas.

Segundo Costa e Cunha (2002), a partir do final da década de 1970 surgiu uma nova visão para o conceito de desenvolvimento, que “passou a contemplar não apenas o crescimento da produção nacional, como também a realização de avanços na qualidade de vida, na equidade, na democratização, na participação cidadã e na proteção ao meio-ambiente” (COSTA e CUNHA, 2002, p.1).

Na perspectiva do espectro subnacional, Ramos e Marino (2004) destacam que o desenvolvimento regional remete a uma dualidade: de um lado, o processo global corporativo, incidindo como fator exógeno nas comunidades e, de outro, a reação das mesmas, em termos socioambientais, que emana endogenamente. Interferem nesse processo, como condicionantes, as configurações históricas regionais, sociais e físico-naturais específicas, as quais dão causa ao processo de desenvolvimento regional e também sua dinâmica, sintetizando, portanto, uma combinação de assimilação/reação.

Uma das dificuldades que se encontra na abordagem do desenvolvimento é a diversidade da sua conceituação. Neste estudo citamos ainda a visão do economista indiano Amartya Sen, que afirma que “o desenvolvimento consiste na eliminação das privações de

liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10).

Para corroborar, ainda segundo Sen (2000) argumentos que de certa forma desconstroem a lógica até então predominante de raciocínio, pois o autor entende que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, não negando a importância dos aspectos ditos econômicos, mas esses são insuficientes. Salienta ainda que a expansão das liberdades humanas depende também das disposições sociais, descritas como acesso aos serviços de educação e saúde, e dos direitos civis, exemplificados como a possibilidade de participação das discussões públicas.

Toda a argumentação remete a uma condição de enfrentamento da condição inicial de uma determinada região para que atinja no futuro uma condição melhor do que essa. Sendo assim, observa-se que o desenvolvimento está relacionado a uma condição de planejamento do mesmo. Isso é corroborado pelas afirmações de Oliveira e Lima (2003, p. 31): “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

“Em suma a ciência regional, enquanto disciplina, trata do estudo atento e paciente dos problemas sociais nas suas dimensões regionais ou espaciais, empregando diversas combinações de investigação analítica e empírica”. (Walter Isard – Introduction to Regional Science – 1975, APUD, Benko p. 66).

Prevalece, neste caso, o ponderado por Siedenberg e Allebrandt (2010), o entendimento de que planejamento não é só técnico, mas também político, pois abrange o encaminhamento de soluções técnicas para o âmbito da decisão política, bem como a criação de atitudes políticas de aceitação para as decisões técnicas de planejamento.

Segundo Buarque (1999, p. 35), os “métodos e técnicas devem ser adaptados e ajustados às concepções contemporâneas de planejamento e de desenvolvimento, (...) Isto significa: visão de longo prazo, abordagem sistêmica, tratamento multidisciplinar, negociação política e participação social”.

Quanto às relações sociais que acontecem no espaço geográfico citado acima, pode-se listar algumas definições de território em razão do entendimento conceitual relativo ao tema. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Brasil, 2003, p. 3), o território é conceituado como: Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população

com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

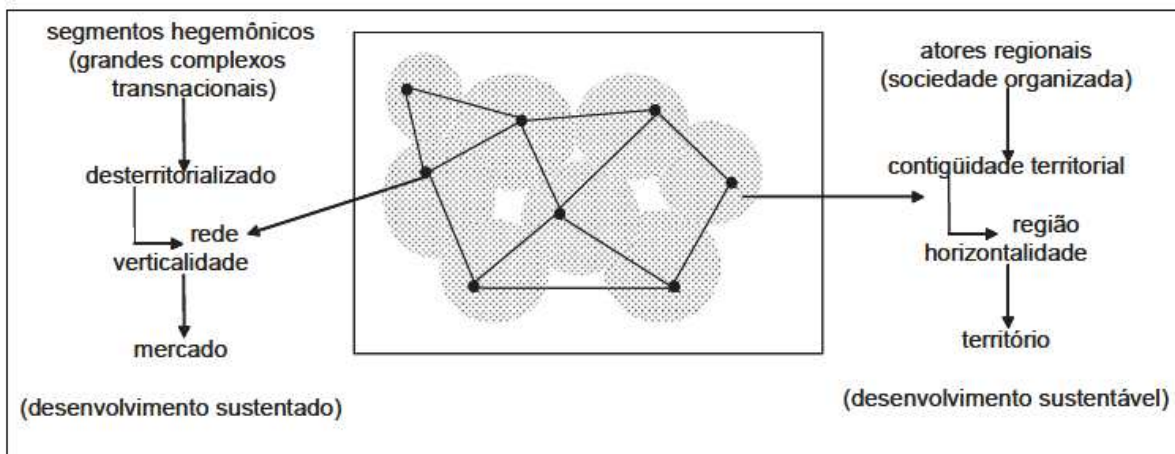
Território, em outra perspectiva, diferente da normativa, envolve, necessariamente, arbítrio, criação, nexos, poder. Assim qualquer diagnóstico de natureza territorial deverá explicitar os conflitos e os compromissos postos, posicionar recorrentemente a região ou a cidade no contexto mesorregional, estadual, nacional, etc.

As forças centrífugas, por sua vez, afirma Santos (1996), podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, que se encontra fora e longe dali.

Forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização. Mas, em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas. Essas forças centrífugas se dão em diversas escalas, a maior delas sendo o planeta tomado como um todo (SANTOS, 1996, p. 227).

Este processo pode ser observado na figura a seguir.

**FIGURA 1: Duas concepções do desenvolvimento territorial**



Fonte: ETGES, 2005.

Para Etges, alguns pontos são fundamentais ao analisarmos um território:

“[...] o território tem que ser visto como algo que está em processo, uma forma-conteúdo, o traço de união entre o passado e o futuro imediato. Ele tem que ser visto como um campo de forças, como um lugar de exercício, de contradições entre vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”.

Pautando as relações sociais pertencentes a um espaço geográfico a partir das definições de território citadas acima, buscou-se no item abaixo, algumas definições de

globalização que possivelmente influenciou de forma direta ou indireta nas relações mercadológicas, e de comportamento social.

### **3. AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR**

Na abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai (CODEMAU) (2013), ao norte do Estado do Rio Grande do Sul predominam etnias europeias, as quais trouxeram as práticas de transformação dos produtos coloniais para melhorar a qualidade e aumentar a durabilidade dos alimentos. As transformações ocorridas com a Revolução Industrial e também com a Revolução Verde a partir dos anos de 1960, não descaracterizaram essas práticas e nem eliminaram os cultivos vegetais e a criação de animais para subsistência, sendo que estas práticas foram passadas de geração à geração.

Ressaltando a importância da agricultura familiar, Ângelo, Castro e Hosokawa (1988), identificando formas de definir grupos homogêneos de pequenas propriedades rurais, avaliaram a importância de estudos referentes a essas propriedades, expondo suas relações econômicas e sociais, conforme segue:

As propriedades rurais constituem a célula do desenvolvimento econômico e social, dada sua relevância na produção de gêneros alimentícios, na fixação do homem no campo, na geração de emprego e renda no meio rural. No aspecto ecológico, contribuem na preservação e conservação do meio a partir do momento que harmonizam suas atividades agropecuárias com florestas e as mantêm dentro de seu limite (ÂNGELO *et al.*, 1988, p. 53).

Entender os mercados e como os agricultores se relacionam com eles é uma tarefa importante para o desenvolvimento rural e para os estudiosos do “mundo” rural. Ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, claro que em graus diferenciados de integração, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas. A importância dos mercados para a agricultura é cada vez mais proeminente, bem como o debate em torno do papel dos mesmos na literatura nacional e internacional sobre o campesinato e a agricultura familiar (veja só para citar alguns autores, os estudos de ABRAMOVAY, 1998 e 2004; WILKINSON, 2008 e PLOEG, 2008).

Buscando a partir de agora conceitos relacionados à agroindústria familiar pode-se iniciar citando Araújo *et al.* (1990), observa que a agroindústria engloba o complexo agroindustrial como um todo, ou seja, todos os agentes que fazem parte do segmento de insumo e fatores de produção (antes da porteira), da produção propriamente dita (dentro da

porteira), do processo de transformação até a distribuição e do consumo (dentro e depois da fronteira).

Para Laushner (1995, p. 296) o conceito de agroindústria considera um aspecto mais genérico e outro mais específico.

Em sentido mais amplo, agroindústria é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final. Em sentido restrito, é a unidade produtiva que transforma para a utilização intermediária ou final o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados, com aquisição direta do produtor rural de um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.

Altmann *et al.* (2002), p. 103) apresenta a agroindústria rural como:

Atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas pós-colheita nos produtos provenientes de explorações agrosilvipastoris, tais como seleção, lavagem, classificação, armazenagem, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Como definição, a agroindústria familiar que se alude na presente análise é uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Segundo outro trabalho desenvolvido por (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 77):

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários, de fibras e alimentos com conseqüente transformação destes em derivados de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

A continuidade na atividade de agroindustrialização é um fato interessante, consideram-se todas as modificações ocasionadas pela superioridade do modelo de produção capitalista. Para Harnecher (1973), um modelo de produção de bens materiais, isto é, de um tipo determinado de relações de produção, não faz desaparecer de forma automática todas as demais relações de produção. Estas podem continuar existindo, ainda que modificadas e subordinadas às relações de produção dominantes.

Engels (1981) considera que a separação indústria/agricultura constituiu-se na segunda grande divisão social do trabalho, gerando um aumento na produção e na produtividade do trabalho, firmando-se como um dos fatores mais marcantes e importantes para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Seguindo na linha do que diferencia a agroindústria familiar, observa-se que ‘a indústria artesanal’, existente dentro das fazendas, que fabricavam praticamente todos os bens



de consumo e de produção, foi desmantelada pelo surgimento da indústria urbana mais especializada. A agricultura passa a depender do ramo industrial, ou seja, a agricultura subordina-se à indústria. Esta é a expressão real do desenvolvimento capitalista da agricultura. Marx *apud* Graziano da Silva (1998, p.02) descreve que estas transformações fazem parte da passagem ao modo de produção capitalista.

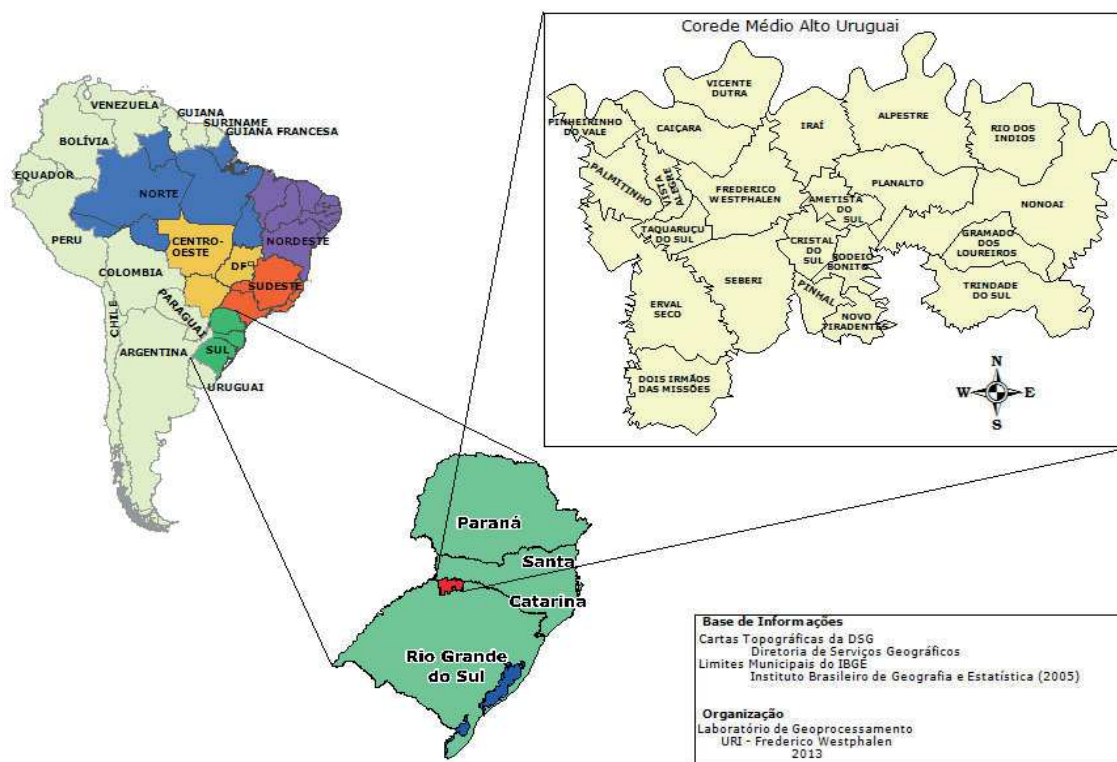
O modelo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura e a manufatura. Mas ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que se desenvolveram em mútua oposição.

A ruptura dos setores agrícola e industrial, com uma intensificação na divisão social do trabalho, junto com a concentração de capital, são os fatores determinantes do modelo de desenvolvimento capitalista.

#### **4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI**

O COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, onde está inserida a cadeia de Agroindústrias Familiares estudadas, localiza-se na mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo formada por 22 municípios e de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), totaliza uma área de 4.209,4 km<sup>2</sup>. A soma da população dos municípios do Corede Médio Alto Uruguai, de acordo com CODEMAU (2013), que era de 183.927 habitantes no ano de 2000, teve um decréscimo de 17,08%, entre os anos de 2000 a 2010.

**FIGURA 2: Corede Médio Alto Uruguai.**



Fonte: COREDE Médio Alto Uruguai

Estudos realizados por SABOURIN (2007) demonstram que a redução da população rural e mesmo total, é um indicador do baixo nível de absorção da mão de obra no meio rural e de diversificação das atividades econômicas, o que faz com que esta mão de obra migre para outras regiões na busca de emprego.

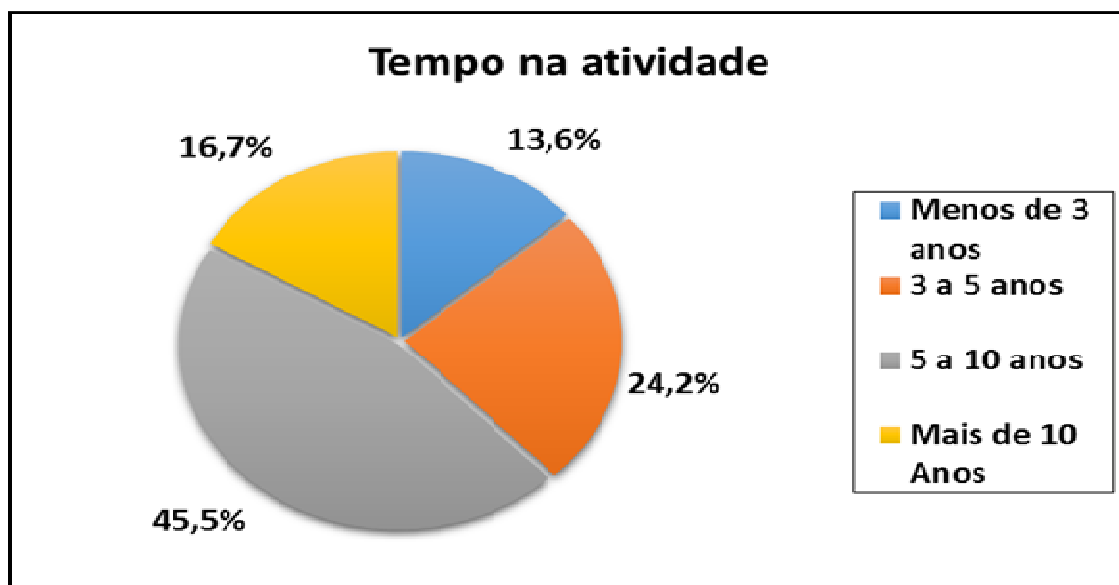
## 5. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS AGROINDÚSTRIAS DO MÉDIO ALTO URUGUAI EM UM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

Após um breve referencial teórico, norteando os objetivos deste estudo, segue a apresentação e a análise de alguns dados do Plano de desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai publicado pela Agencia de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (ADMAU) no ano de 2014. O intuito deste capítulo é perseguir dados pesquisados e publicado a cerca da real condição estrutural e mercadológicas das agroindústrias familiares frente ao contexto de globalização.

Iniciou-se essa apresentação e análise pela atividade desempenhada, observando os indicadores do GRAFICO 1, verificou-se que a maioria delas tem entre cinco e dez anos de atividade, evidenciando que a atividade agroindustrial ainda está em pleno desenvolvimento no Médio Alto Uruguai, com treze por cento de ingressantes. Portanto, mesmo sem saber por

hora a taxa de desistência da atividade pode-se afirmar que se tem um incremento de 13,6% a cada 3 anos.

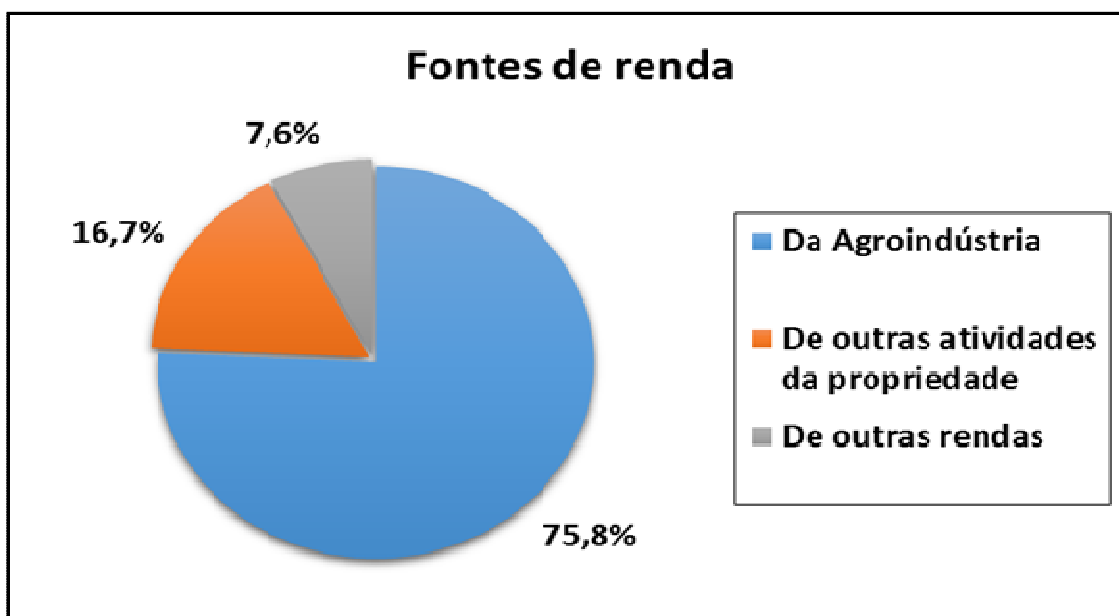
**Gráfico 1: Tempo de atividade do estabelecimento.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

Um dos fatores positivos, é que a maior parte da matéria-prima utilizada nas agroindústrias, tem procedência da própria propriedade onde estão inseridas, a transformação da matéria-prima é um dos fatores que maximiza os lucros na propriedade e por consequência nas agroindústrias, contribuindo para a redução dos custos da produção.

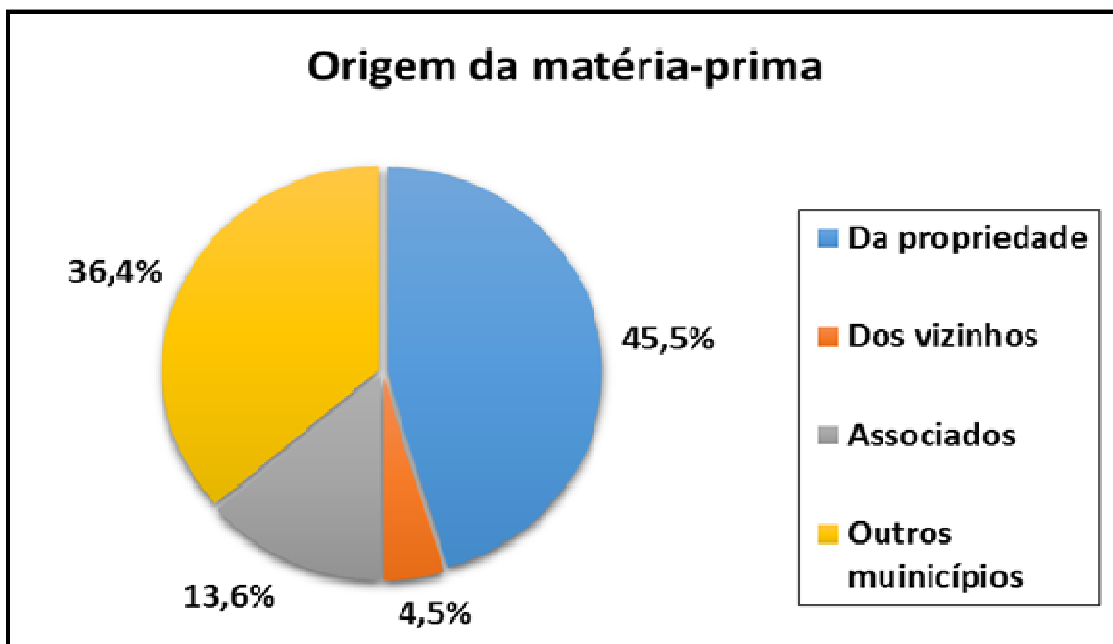
**Gráfico 2: Principais fontes de renda.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

O gráfico 2, demonstra que na maioria dos estabelecimentos agroindustrializadores, a geração de renda não se limita à propriedade, podendo ainda, ser gerador de desenvolvimento territorial tendo em vista, neste caso, a aquisição de matéria-prima de vizinhos e associados.

**Gráfico 3: Origem da matéria-prima.**

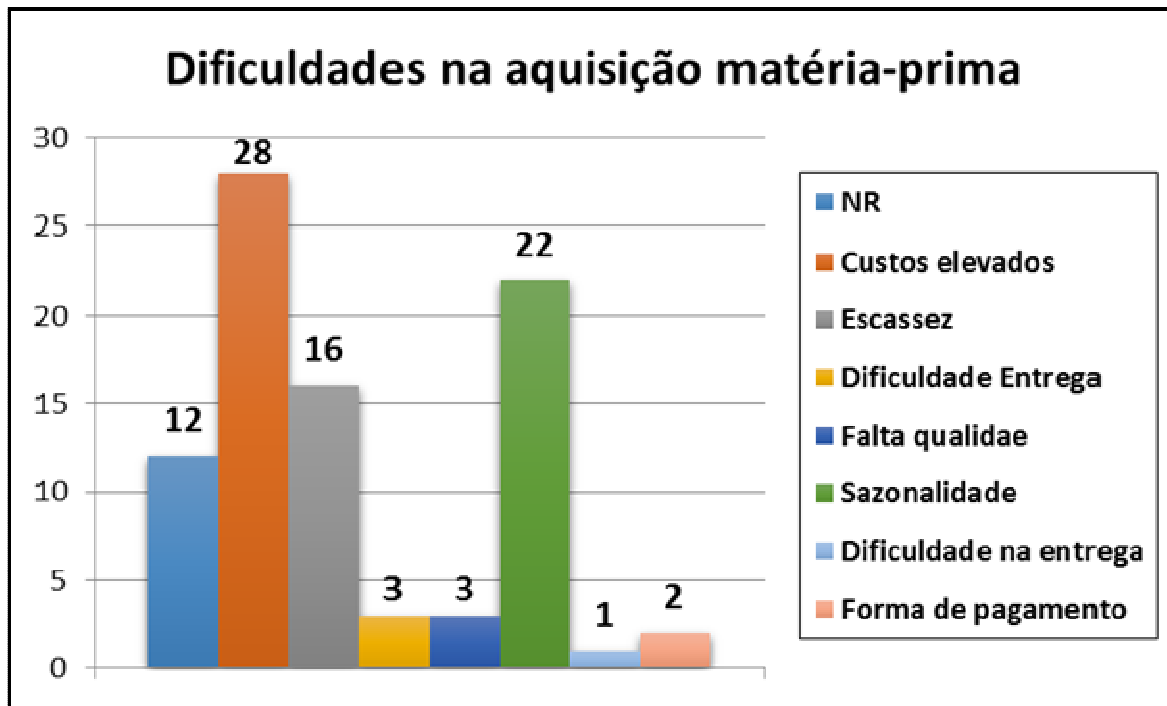


**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

Chama a atenção o fato de que mais de 36,4% dos estabelecimentos adquirem matéria-prima em outros municípios da região, fato este que pode ser relacionado com as dificuldades elencadas acima quanto à aquisição de matéria-prima. Um dos fatores predominantes segundo os pesquisados seria a sazonalidade uma das maiores dificuldades, como pode ser observado no GRÁFICO 3.

Este é um fator potencializador do desenvolvimento regional, tendo em vista que a matéria-prima base advém da mesma propriedade do agroindustrializador ou é adquirida junto a seus vizinhos ou em âmbito regional, diminuindo assim os custos de produção, gerando maior distribuição de renda na própria comunidade, município ou região, o que facilita de forma indireta auxiliando na promoção de políticas municipais e regionais de incentivo ao desenvolvimento territorial frente os efeitos da globalização. Também podemos considerar que estes fatores de aquisição regional das matérias primas base contribuem de forma direta no desenvolvimento regional pressupondo uma melhor distribuição de rendas e alavancando a produção primária.

Gráfico 4: Dificuldades na aquisição da matéria-prima.

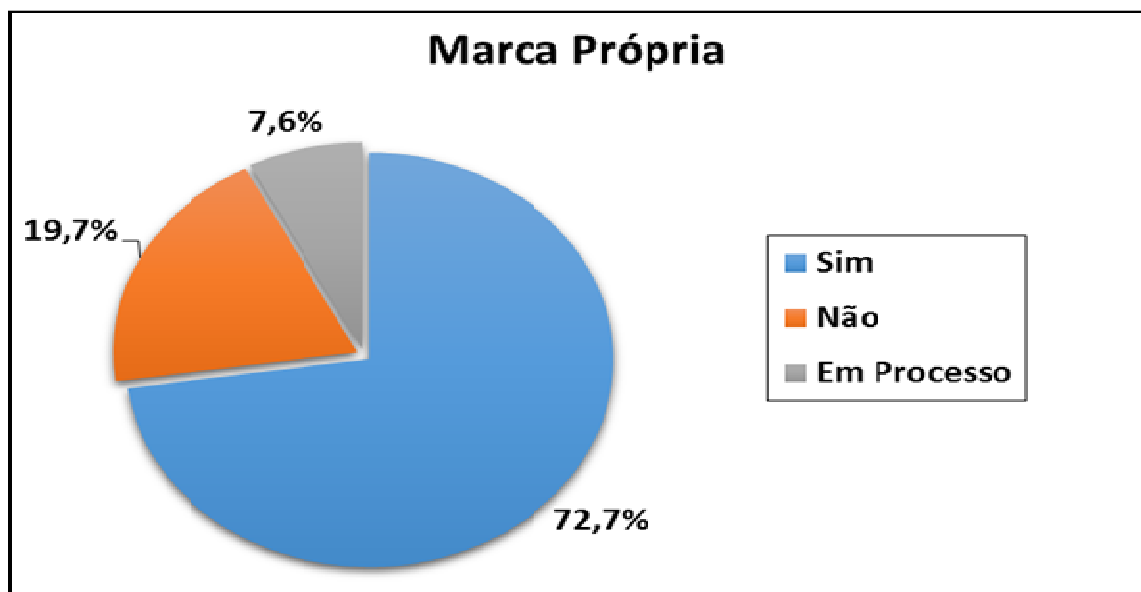


Fonte: PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

De forma cíclica, a aquisição de matéria-prima em outras regiões impacta significativamente nos custos, sendo esta a principal dificuldade apontada pelos agroindustrializadores que adquirem matéria-prima de fora da propriedade. A sazonalidade, seguida da escassez de matéria prima, é um dos motivos que levam as agroindústrias a adquirirem matéria-prima em regiões mais afastadas ou até em outros estados da federação.

Quanto à estratégia de venda dos produtos, o GRÁFICO 5 aponta que mais de 70% das agroindústrias possuem marca própria, na maioria das vezes informal, não registrada ou apenas com o nome ou sobrenome dos proprietários como identificação. Mesmo não sendo um marca registrada, esta “marca” ou nome do produto tem contribuído na identificação e divulgação do mesmo. Partindo do pressuposto que a marca pessoal do agroindustrializador é uma estratégia definidora de mercado regional, cabe ao mesmo continuar gerindo a mesma através de boa gestão das relações públicas. Fica claro aqui que a gestão da marca identificadora territorial de agroindústria familiar é uma boa estratégia de penetração e manutenção no mercado a fim de bloquear os efeitos maléficos da globalização e da concorrência direta. Ressaltamos aqui, que não há a obrigatoriedade do registro da marca, apenas lista-lo como nome fantasia nos documentos de registro junto a secretarias da fazenda municipal, estadual e federal.

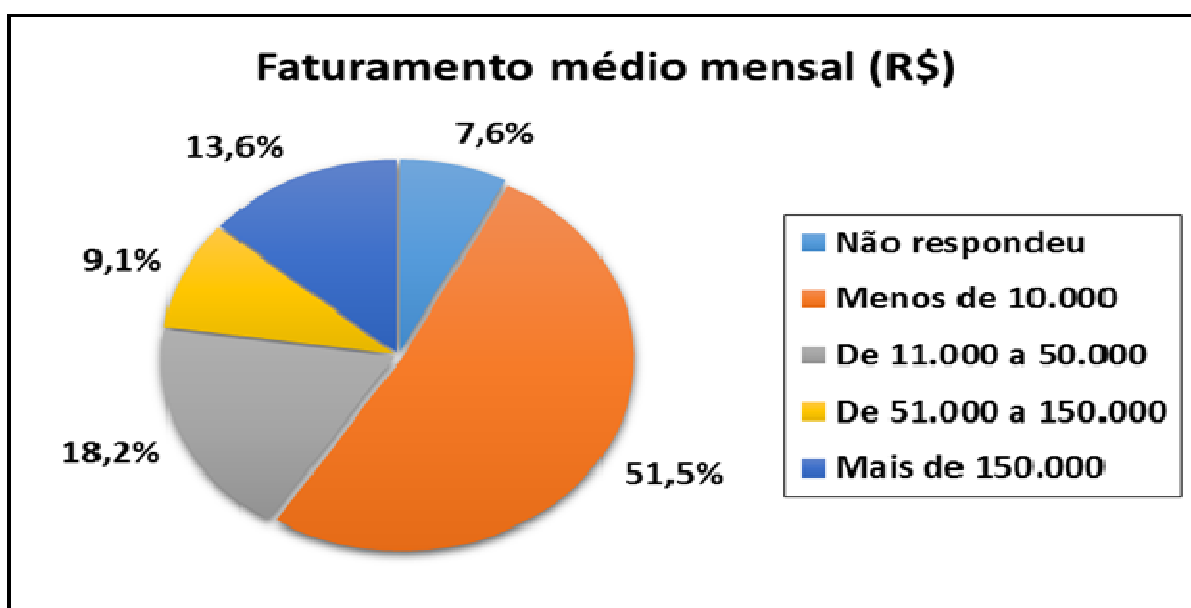
**Gráfico 5: Percentual de agroindústrias que possuem marca própria.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

No tocante ao faturamento, diversos são os fatores que refletem nos números encontrados, entre os principais estão o número de clientes, a capacidade de produção e a obtenção de matéria-prima. Ainda, conforme já dito, além da concorrência direta advinda de uma nova economia globalizada, à uma limitação territorial de mercado que influencia negativamente no número de clientes, refletindo também no faturamento dos estabelecimentos agroindustriais.

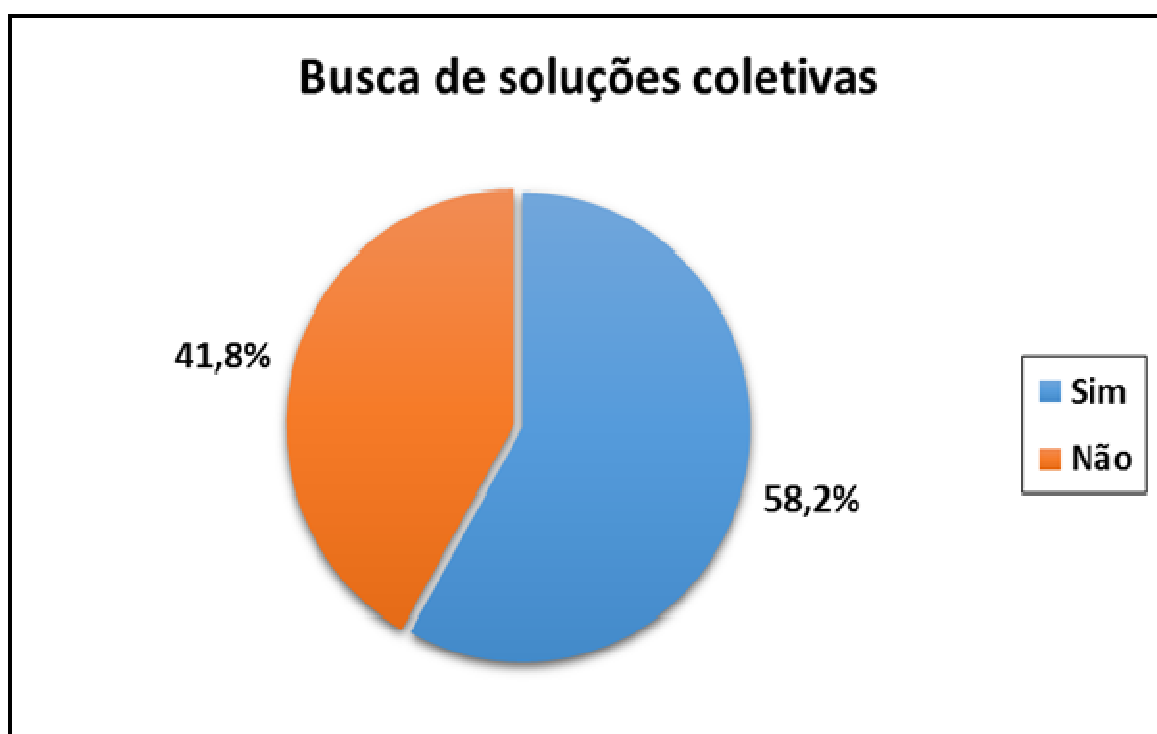
**Gráfico 6: Faturamento médio mensal em R\$.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

Dadas as dificuldades encontradas pelo setor, os gestores das agroindústrias estão em busca de soluções coletivas para melhorias, como pode ser observado no GRÁFICO 7. Porém, cabe destacar que, até o momento estas ações visando a busca de ações coletivas são muito microrregionalizadas, não possuindo um objetivo comum definido, sendo necessária a implantação de órgãos ou a criação de associações e cooperativas regionais que busquem dar relevância às demandas coletivas deste setor como: compras coletivas, abertura de novos mercados, acessórias em produção, gestão e legalização das agroindústrias, além de várias outras atividades relacionadas ao setor.

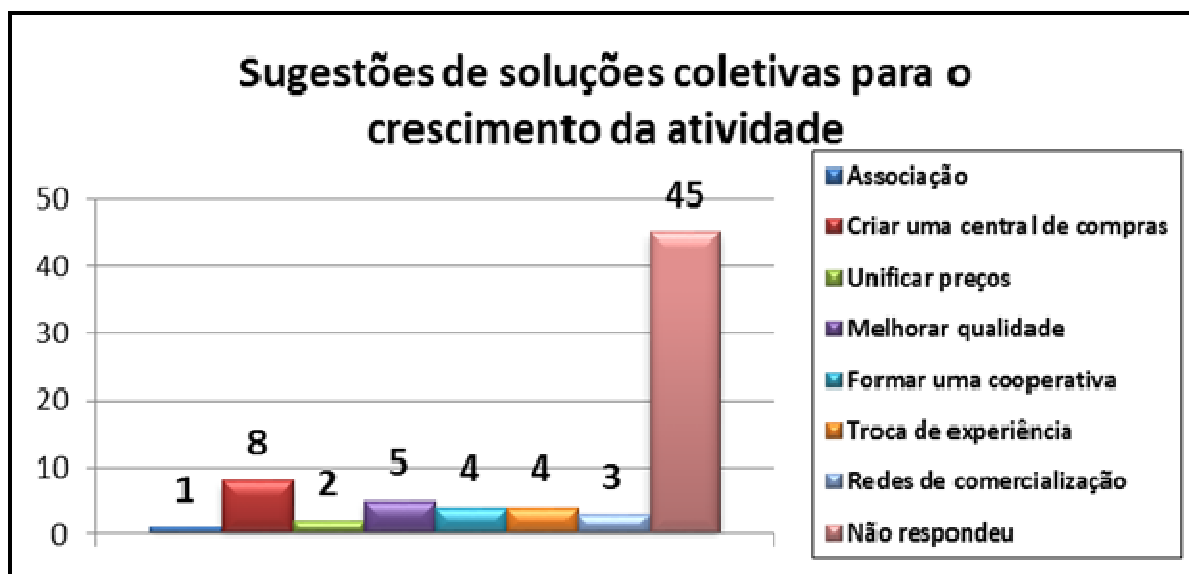
**GRÁFICO 7: Percentual de agroindústrias que buscam soluções coletivas para o setor.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

Quando perguntado aos gestores, que sugestões teriam para o crescimento da atividade? 41,8% deles não responderam de forma consciente e produtora a pergunta. Isto demonstra a falta de conhecimento de gestão e como o baixo grau de escolaridade influencia na percepção de possíveis alternativas para solucionar os problemas apresentados por eles mesmos, evidenciando que embora exista um anseio pela busca de melhorias, como dito acima, os objetivos não são compartilhados, embora naturalmente possam ser coincidentes.

**Gráfico 8: Sugestões de soluções coletivas para o crescimento da atividade.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

Entre os resultados observados no item caracterização das agroindústrias, o gráfico 1, mostrou que 80% das agroindústrias estão a menos de 10 anos na atividade, o que pode contribuir na justificativa de alguns resultados encontrados, como baixo número de clientes, faturamento, entre outros, pois como para muitos é uma atividade relativamente recente, é provável que a pouca experiência principalmente em gestão contribuam para alguns resultados.

Juntando a baixa experiência dos gestores das agroindústrias pesquisadas a outros fatores como, baixa escolaridade, pouca inovação, baixa capacidade de competição mercadológica, informalidade, sazonalidade de matérias primas e de consumo, baixa qualificação da mão-de-obra além de pouca capacidade de investimento, podemos entender o gráfico 8 supondo que além as fraquezas apresentadas pelo objeto pesquisado os mesmos se quer possuem a capacidade de apontar suas fragilidades na busca de soluções coletivas. Quando indagados a apresentarem soluções coletivas para o crescimento das atividades os mesmo se quer responderam a pergunta. Talvez pelo medo dos anos de experiência em um mercado de concorrência imperfeita em que os forçaram a estar na condição atual confirmada pela pesquisa.

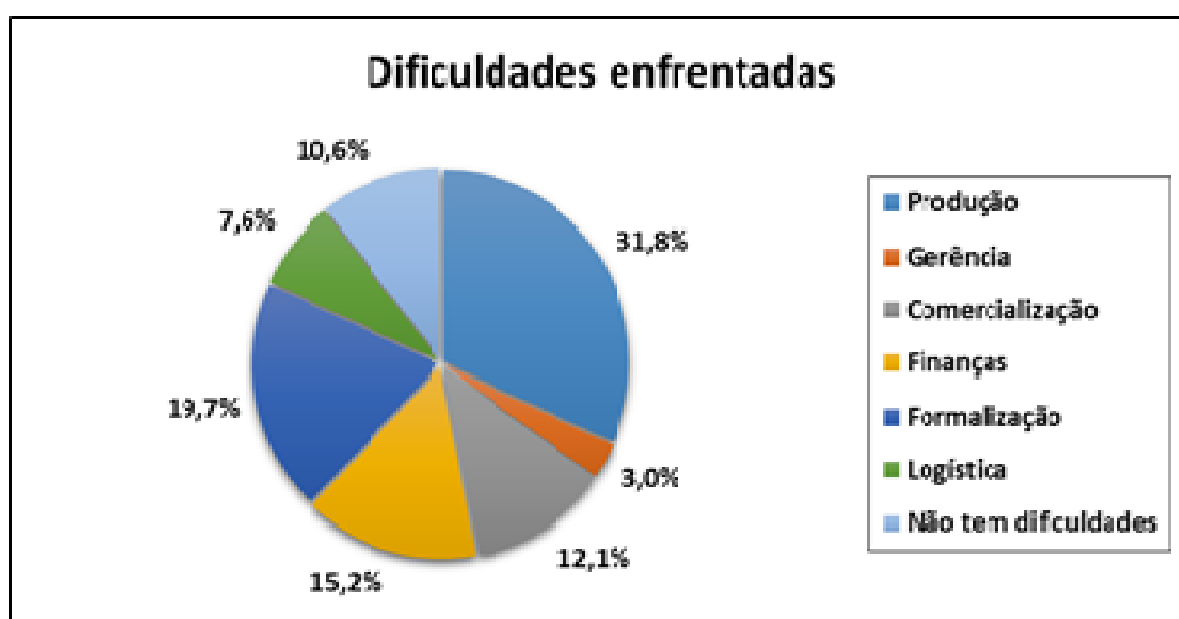
Tentando entender um pouco mais sobre as dificuldades enfrentadas pelos gestores das agroindústrias da região estudada buscamos dois indicadores para tentar explicar o quanto os mesmos são impactados pelas novas relações mercadológicas advindas da globalização, neste caso, a globalização econômica e financeira. Dentre as principais dificuldades destaca-se a



produção, com 31,8% dos apontamentos, como pode ser observado no GRÁFICO 9. Dificuldades com formalização do empreendimento também foram apontados como um dos principais problemas, com 19,7% dos gestores das agroindústrias indicando que encontram dificuldades por motivos diversos, como problemas de planta baixa, de infraestrutura, falta de orientação ou distância do órgão orientador.

Finanças e comercialização apresentaram índices menores mas também foram apontados como dificuldades enfrentadas, com índices de 15,2% e 12,1%, respectivamente.

**GRÁFICO 9: Principais dificuldades enfrentadas.**



**Fonte:** PD: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai, 2014.

O que chama a atenção é o baixo índice de problemas gerenciais apontados, com apenas 3,0% das indicações; este número tende a demonstrar que em muitos casos os problemas gerenciais podem não ser plenamente compreendidos pelos gestores, pois, em uma análise conjunta das dificuldades apontadas, os problemas gerenciais são imperativos. Ainda, para 10,6% dos gestores de agroindústrias, não há dificuldade.

As agroindústrias que apresentam problemas demonstram que o principal está relacionado à baixa escala de produção, seguido por custos elevados e equipamentos e/ou estrutura física inadequados ou fora dos padrões exigidos. Escassez de matéria prima e desconhecimento de técnicas de produção, aparecem com menos expressão, e falta de tecnologia adequada e qualidade dos produtos foi apontado como problema, mas em índices pouco impactantes. Assim fica a pergunta que não quer calar, a globalização realmente trouxe benefícios ou aos agroindustrializadores ou trouxe desafios que por hora impactam

negativamente no território não provendo assim um desenvolvimento regional mais sustentável?

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A região estudada, o Médio Alto Uruguaí Gaúcho, apresenta em seu território grande diversidade em sua organização produtiva, e vasta tradição na produção e na agroindustrialização de alimentos. Para que ocorra o desenvolvimento regional sustentável a partir das agroindústrias deste APL é fundamental que sejam apresentadas alternativas produtivas, não apenas no aspecto da renda gerada, mas também com relação à garantia de comercialização da produção, à aquisição facilitada de insumos, à assistência técnica especializada, a financiamentos subsidiados que garantam os investimentos e junto a eles a inovação, a participação de entidades representativas, cooperativas e etc.

De acordo com os dados analisados, as agroindústrias enfrentam problemas de gestão relacionados a participação de entidades representativas de classe, e para tal, esses problemas refletem na falta de capacidade de gerar maior agregação de valor na cadeia produtiva. A maior parte das empresas não participa de programas governamentais, devido à falta de infraestrutura, à limitação de mercado imposta pela legislação municipal e à informalidade.

A pesquisa também apontou sérias limitações em todos os processos da cadeia identificados como: serviço pós-venda, desenvolvimento de produto, desenvolvimento de processos, produção, logística de distribuição, marketing e comercialização e gestão de marca e design além de não haver cooperação que fomente, potencialize a distribuição e a comercialização dos produtos.

Assim, conclui-se que, o mercado globalizado impõem a diminuição dos custos de produção das agroindústrias familiares, as mesmas se veem obrigadas a alterar o sistema de aquisição das matérias primas diretamente do agricultor por um novo modelo, a produção em parceria, agroindústria e produtor rural. Este modelo pode sim ser considerado um APL ou quem sabe um SPL, porém, neste processo, que exclui totalmente a opção de agroindústria familiar, o principal objetivo é a redução de custos produtivos. Ainda, este modelo parece excludente por várias razões, uma delas é o aumento da produtividade por unidade familiar e automaticamente a exclusão das famílias menos favorecidas, o aumento do aporte financeiro de investimentos buscando aumento da escala de produção de matérias primas base ao invés de agregação de valor dos mesmos no ceio familiar.

Observando estes e muitos outros fatores mencionados e comentados acima, conclui-se que a consolidação das agroindústrias familiares é relevante para o desenvolvimento regional, contanto, que o mesmo APL ao qual fazem parte, zele por elas buscando uma distribuição de renda mais justa e sustentável e não apenas na condição de produtor primário repassando a industrialização e a agregação para as grandes corporações. A infinidade de forças, de fraquezas, de ameaças e de oportunidades que o setor agroindustrial familiar apresenta torna o planejamento futuro, de certa forma intangível, porém, factível.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: Hucitec, 2ª Ed. (Coleção Estudos Rurais), 1998.

\_\_\_\_\_. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, SP, USP, Vol. 16, nº 2, 2004. BRDE. **Redes de agroindústrias de pequeno porte: experiências de Santa Catarina**. Florianópolis – SC: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Gerência de Planejamento de Florianópolis, 2004.

ALBARELLO, E. P.; DINIZ, J. L. P.; Plano de desenvolvimento: arranjo produtivo local, agroindústria familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai. Frederico Westphalen: Ed. URI/FW, 2014.

ALTMANN, A. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

ÂNGELO, H.; CASTRO, L. H. R.; HOSOKAWA, R. T.; **Metodologia para medir grupos homogêneos de propriedades rurais**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, Vol. 26, nº 1, p. 53-54, jan/mar. 1988.

ARAÚJO, N. B; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agrobusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Administração da qualidade e produtividade**. São Paulo: Atlas, 2001.

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 66)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

CODEMAU, **Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai. Programa de combate às desigualdades regionais**. 2º Ed. Frederico Westphalen, RS: 2013.

COSTA, F. L. da; CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11, Oct. 2002.

CRUZ, A. C. **Roteiro de elaboração de um projeto de monografia**. São Paulo: 2003.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3. set./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo**. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira**. Unicamp, Ifch, Depe, 1980.

HARNECHER, M. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. Cosmos, 1973.

LEUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2. Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para discussão nº 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

LOPES, P. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação**. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Batafá, Guiné-Bissau, 2004-2006. Dissertação de Mestrado – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008.

NALLE JUNIOR, C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

NETTO, Delfim, Antônio. *Revista Veja*, Abril, 1996.

OLIVEIRA, G. B. de & LIMA, J. E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, 2003.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: Limites e potencialidades a sua reprodução social**. Editora da URI: Frederico Westphalen – RS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS (Coleção Estudos Rurais), 2008.

RAMOS, M. P.; MARINO, J. M. F. Condicionantes históricos o desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais**. In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Um modelo aplicado: o planejamento nos Coredes. IN: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc: 2010.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Ester M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Ver. Atual. Florianópolis. Laboratório de ensino a distância. UFSC, 2001.

TORRES, I. G. **Comércio Internacional no século XXI**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, Série Estudos Rurais. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.